

Ata de nº18/2011, da Câmara Municipal de Teixeira de Freitas, Estado da Bahia. Sessão Ordinária de 07 de Junho de 2011. Aos sete dias do mês de Junho do ano dois mil e onze, às vinte horas, no auditório da Câmara Municipal de Teixeira de Freitas, sito a Rua Massanori Nagao, número sessenta e quatro, Centro, nesta cidade, realizou-se Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Teixeira de Freitas, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor, Vereador Luis Henrique Ressurreição de Souza, com a presença dos demais vereadores constantes do livro de presença. Verificada a existência de quorum legal, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão. Foi interrompido pelo vereador Júlio César de Oliveira Cavalcante que pediu que se observasse o artigo 205 do Regimento Interno, referindo-se a participação do representante do CREA - BA. Disse que entendia que o Presidente poderia fazer opção pelo próprio regimento, que poderia dar o parecer, dizendo sim ou não, ao cumprimento do Regimento Interno. Mas, no caso de uma sessão importante como esta, se fosse inobservado o Regimento Interno, a qualquer momento poderia se suscitar nulidade da sessão. Então queria um parecer da Assessoria Jurídica, para que a partir desta data, a sessão passasse a ocorrer da forma regimentada, porque isso mostraria que os vereadores têm conhecimento do Regimento Interno da Câmara Municipal. Retomando, o Senhor Presidente disse que conforme o artigo 112 do Regimento Interno, ele tem respaldo para fazer tal convite. Lembrou que na reunião interna no dia anterior, e também em reunião na tarde de terça, os vereadores presentes deliberaram a favor do convite a um representante do CREA. E não seria apenas nessa sessão por ser o Secretário de Infra-Estrutura. Assegurou que a intenção é o bem de Teixeira e ajudar a administração municipal. E solicitou que a Assessoria Jurídica se manifestasse sobre esta questão. O assessor jurídico Dr. Luciano Falcão iniciou dizendo que até aquele momento não havia sido feito convite para que alguém se sentasse a Mesa e utilizar da palavra. Disse que o vereador Julio Cesar suscitou a observação do artigo 205 que diz respeito a utilização da Tribuna Livre pelo cidadão. O artigo 205 é claro: A Tribuna Livre da Câmara Municipal só pode ser utilizada pelo eleitor para se manifestar acerca de projeto de lei que esteja em tramitação, inclusive, informando no prazo de 24 horas da sua manifestação se será favorável ou contrário ao projeto. Diante do exposto, o Presidente decidiu manter o convite, e ressaltou que esta foi uma deliberação da Mesa e dos vereadores que participaram da reunião, e reforçou que o convite partiu da Casa. Disse que, independente dos questionamentos que os vereadores tinham a fazer ao Secretário Flávio Arruda, acredita que é necessária a participação popular, principalmente de quem é da área, que tem conhecimento e está fundamentado, e pode estar fundamentando as ações dos vereadores. O vereador Julio Cesar disse que entendia, mas que perguntou pensando que, futuramente, poderá ser suscitada nulidade de uma sessão tão importante como esta, se a Casa estiver inobservando o artigo 205. O Senhor Presidente voltou a dizer que a Assessoria Jurídica se manifestou e fez ver que o artigo 205 é bem claro. O

vereador Julio Cesar entendeu que o artigo diz que não pode. O Dr. Luciano Falcão disse que o artigo 205 diz respeito a manifestação do cidadão no Plenário, através da Tribuna Livre. Inclusive no artigo 49 da Lei Orgânica Municipal diz que o cidadão pode se manifestar na Tribuna sobre projeto de lei que esteja em tramitação no Plenário. O vereador Julio Cesar encerrou o debate dizendo que o seu questionamento tinha sido respondido. Neste momento, o Senhor Presidente solicitou que o vereador José Gonzaga da Silva procedesse a leitura de um texto bíblico, que na oportunidade foi proferido no livro de Salmos, capítulo 23:1-6. Em seguida, o Senhor Presidente convidou à Mesa o Secretário Municipal de Infraestrutura e Transporte, o Dr. Flávio Sampaio Arruda e convidou também o Dr. José Macedo Leôncio, inspetor do CREA-BA. Após, o Senhor Presidente submeteu a votação do plenário: Ata de nº17/2011, de 31 de Maio de 2011, que fora encaminhada anteriormente aos Gabinetes e após deliberações do plenário aprovadas por unanimidade. Em seguida, solicitou do Primeiro Secretário, o vereador José Gonzaga da Silva, a leitura da **MATÉRIA DO EXPEDIENTE** que constou de: Moção de Pesar nº39/2011, de 07 de Junho de 2011, de autoria dos vereadores da Câmara Municipal, Pesar pelo falecimento do Padre Josphus Julius Maria Koopmnas, ocorrido no dia 03/06/2011; Moção de Congratulação nº40/2011, de 07 de Junho de 2011, de autoria do vereador Edinaldo Rezende dos Santos, congratula-se com os alunos do Curso Técnico em Enfermagem do Centro Territorial de Educação Profissional do Extremo Sul, pela realização da 1ª Semana de Enfermagem, ocorrida nos dias 24 e 25 de Maio de 2011; Moção de Congratulação nº41, de 07 de Junho de 2011, de autoria do vereador Genivaldo Bispo de Oliveira, congratula-se com a Senhora Maria Celma Nunes; Projeto de Resolução nº12/2011, de 07 de Junho de 2011, de autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal, Cria Comissão Especial de Estudo sobre a Segurança no Transporte Público de Passageiros, através dos Serviços de Táxi e Moto-Táxi e dá outras providências. Neste momento, o Senhor Presidente informou que nos termos do Artigo 229, do Regimento Interno da Câmara fora convocado para prestar esclarecimento em Plenário, o Secretário Municipal de Infraestrutura e Transporte, o Dr. Flavio Sampaio Arruda, informando aos vereadores que os questionamentos só poderiam ocorrer acerca dos temas constantes do requerimento aprovado nesta Casa. Explicou que quando a Câmara de Vereadores manda os questionamentos aos secretários não está fazendo qualquer tipo de armação, como alguns julgam. Este procedimento está previsto no Regimento Interno e os vereadores estão obrigados a cumprir esta orientação. Após, o Senhor Presidente desfez a Mesa para que o Secretário apresentasse no telão um relatório das atividades desempenhadas por sua pasta durante 15 minutos. Finda a apresentação, a Mesa se refez e o Senhor Presidente passou a palavra ao vereador Gilberto Souza Santos que saudou a todos. Disse ao Secretário que em sua explanação, falou da suspensão da pavimentação asfáltica, por conta do esgotamento sanitário que será feito pelo projeto do PAC, liberado na parceria

do Governo do Estado com o Federal, mas por outro lado, se vê na questão da liberação dos loteamentos e condomínios - que embelezam a cidade, geram empregos e renda - uma contradição, pois nestes estão sendo feitos asfaltamentos, e a maioria são com fossas. Citou como exemplo o Loteamento Nanuque, onde estão sendo edificadas casas pelo projeto Minha Casa Minha Vida e é estranho, pois não tem estrutura para suportar, e ainda estar por vir o esgotamento sanitário. Então perguntou ao Secretário se não achava injusto para as gerações futuras o impacto que estas fossas causarão na questão ambiental, no que diz respeito a contaminação do nosso subsolo, nos lençóis freáticos. Se não é um contrassenso estar liberando esses loteamentos, de que forma é feita essa liberação e se está prevista em lei. Perguntou também sobre a municipalização do trânsito, pois depois dela, o que mais se vê no trânsito de Teixeira são multas, e qual a destinação dos recursos destas multas. Se há uma contrapartida do Governo do Estado para o município. Que planejamento a Secretaria tem para melhorar o trânsito, tendo em vista que Teixeira é uma das cidades do Extremo Sul da Bahia, ou de todo o Estado, com altos índices de acidentes no trânsito, que pode ser observado pelo congestionamento nos hospitais, e inclusive com mortes. Perguntou se o Secretário, juntamente com os vereadores, poderia fazer uma investigação sobre a denúncia de que mototaxistas ou taxistas, que receberam alvará, ao desistirem da profissão, passaram a negociar seus alvarás pelo valor de vinte mil, quinze mil, ou arrendaram, fizeram aluguel por 700, 800 reais por mês. Esses taxistas ou mototaxistas não deveriam devolver para o município para que este conceda o alvará a outros? Disse que é necessário fazer um levantamento sobre isto e punir estas pessoas que estão fazendo uso dessa prática. O Secretário respondeu as questões do vereador Gilberto, iniciando pela questão da fossa séptica. Disse que a fossa séptica é um instrumento de engenharia plausível para ser utilizado de forma correta. Em nosso município praticamente não se faz fossa séptica, faz-se um buraco negro e coloca-se todo o esgoto, e realmente provoca contaminação do lençol freático, a fossa se torna insuficiente e em pouco tempo tem que fazer buracos no meio da rua porque não tem onde lançar o esgoto. Esse instrumento se feito de forma correta tem uma vida útil, onde se tem a manutenção, porque os próprios micro-organismos ali existentes fazem a decomposição da matéria orgânica. Se dimensionar, tem em torno de seis meses até três anos para funcionar e ter esse período de manutenção e limpeza. A nossa lei municipal prevê que tenha um adensamento mínimo de 250 pessoas por hectare, que é o que é permitido para fossa séptica. Então é feita a análise de quantas pessoas vão ter por metro quadrado para que possa ser permitida fossa séptica ou rede de esgoto. E a análise do solo em termos de permeabilização, de material a ser utilizado e zoneamento do município. O Secretário disse que no momento que ele assumiu e começou o programa Minha Casa Minha Vida, informou aos construtores que as casas não seriam entregues se não tivesse fossa, onde não existia rede de esgoto. Foram cobrados e só foi liberada a venda dessas

casas após fiscalização da fossa séptica, onde se faz o sumidouro e a parte de captação de resíduos sólidos para não haver a contaminação. A parte de líquido pode ser escoada pela parte de infiltração desde que seja parte de sólidos e líquidos separados desse processo técnico de engenharia. Referente as multas no trânsito, disse que a multa é cem por cento revestida para o Estado. O processo retorna para o município de outra forma, mas poderia ser direto, poderia cair direto nos cofres públicos municipais. Há um momento deste processo que é parte de integração com o DETRAN onde se pode fazer uso dos dados do condutor e dos veículos para notificar, a multa chegar no local correto e essa parceria entre o Estado e o município possa se cumprir de forma plena. Felizmente se tem a parceria do agente de trânsito com a Polícia Militar fiscalizando as ruas. A Polícia Militar faz a notificação, em virtude de não estarmos com a plena capacidade técnica de autuar infrações e espera-se o mais rápido possível o saneamento dessa questão para que possamos ter o recurso direto nos cofres públicos e possamos retornar como investimento no trânsito. No tocante aos acidentes, o Secretário disse que foram feitas algumas ações em 2008, 2009 e 2010 e que este ano o Conselho pretende fazer um planejamento das intervenções pra que possa investir os recursos disponibilizados de forma mais ágil. Disse que são muitos os pedidos de intervenção e a Secretaria se esbarra na burocracia para a aquisição de material e na contratação de obra. Se fizer processos pontuais todos os dias, a Secretaria não terá condições de atender, por causa do processo burocrático. Disse que pretende intensificar a prevenção contra acidentes, e a notificação de multas é uma das formas. A partir dessa semana, uma ação será iniciada com o apoio dos Demoleys, uma ação pontual para incentivar as pessoas a respeitarem o sentido do fluxo nas rotatórias. E esclareceu que a multa não é apenas para punição, tem também um cunho educativo, pois o medo da punição inibe a infração. Disse que pretende trabalhar com o Conselho de Trânsito para efetuar essas ações pontuais. No caso dos alvarás dos moto taxistas, o Secretário disse que é um ponto crítico a ser tocado. Não existe uma forma legal que defina quem pode receber o alvará de mototáxi e táxi. Disse que esta questão é um ponto de estudo para ser revisto na lei de mototáxi no Conselho de Trânsito. É um ponto chave, que estará aberto a discussão quando for encaminhado projeto, porque não se sabe como fazer isso. Espera-se contar com o apoio dos vereadores e com qualquer informação que auxilie na definição desta questão. A lei deixa uma brecha, quando permite, em virtude de problema de saúde, problema familiar, ser colocado outro condutor no processo de alvará. O Secretário disse que sabe que ocorrem as situações citadas pelo vereador Gilberto, que é preciso averiguar e acabar com essa atitude, pois Teixeira tem uma posição social na concessão individual destes alvarás. Em algumas cidades do interior da Bahia, os alvarás têm cunho empresarial. O cidadão tem 10 motos, 20 motos e colocam pais de família para se arriscar todo dia nessa profissão ingrata, que não tem fundo de garantia, não tem seguro desemprego. Em algumas cidades, a venda de alvarás não é

ilegal, é uma forma de compensação pelo tempo de serviço prestado. Então é necessário que isto seja revisto. O vereador Gilberto disse que entende a questão do alvará ser vendido quando ocorre problema de saúde. Mas no caso de alugar, arrendar, cobrar X por mês, é correto? O Secretário disse que isso é completamente injusto e anti-social. O alvará mototáxi tem a função social de empregar um pai de família. No entanto as informações não chegam oficialmente. Quando se pergunta para quem está locando, este tem medo de perder e não fala. Se houver provas de que está havendo um pagamento, o alvará é caçado imediatamente e fica a disposição do Poder Público. No entanto é necessário ter as informações em papel, para não acusarmos pessoas sem provas. O vereador Gilberto perguntou ao Secretário se estaria disposto a fazer um levantamento de todos os mototaxistas da cidade. O Secretário disse que está a disposição para dar todas as informações sobre mototaxistas e taxistas do nosso município. O vereador Gilberto perguntou ainda se não poderia se ampliar a concessão de alvarás para os bairros mais afastados, conforme ele propõe em projeto, pois a maioria se concentra no Centro, enquanto pessoas que moram no Jerusalém, no Ulisses Guimarães, no Colina Verde ficam sem transporte, pois passa pouco ônibus. Os moradores questionam que muitos taxistas não querem ir até estes bairros em certas horas, por medo. Então não seria justo que o Executivo concedesse alvarás a moradores destes bairros? O Secretário disse que esta idéia é excelente. Se puder ampliar a oferta de mototaxistas nestes bairros para maior mobilidade na cidade, o município só tem a ganhar. Mas é preciso analisar como isto pode ser feito pensando na viabilidade econômica. Geralmente os mototaxistas querem ficar no Centro por causa da viabilidade econômica. Foi aparteado pelo vereador Julio Cesar que disse que o Prefeito tem interesse em ampliar essa oferta de mototaxistas para os outros bairros da cidade e sugeriu ao vereador Gilberto Souza que na próxima reunião com ele, toque neste assunto. O vereador Gilberto ainda questionou se as fossas não causarão impacto ambiental se, no tempo de durabilidade delas, não for resolvida a questão do esgotamento sanitário. O Secretário disse que estas fossas podem ter vida útil por até três anos, sendo feita manutenção neste período. Mas em áreas de grande adensamento, o solo não suportará e haverá contaminação. O vereador Gilberto Souza Santos agradeceu ao Secretário pelas respostas e encerrou seus questionamentos. O vereador José Gonzaga da Silva saudou a todos. Perguntou ao Secretário se o frigorífico já liberado e instalado anterior a liberação do loteamento Mont Serrat não causará problemas às pessoas que habitarão este bairro. Foi aparteado pelo vereador Júlio Cesar que questionou o Senhor Presidente se as perguntas que serão feitas constam da lista do Requerimento. O Senhor Presidente respondeu que todas as perguntas estão englobadas nos temas constantes no Requerimento e disse ao vereador Júlio Cesar que na reunião foi determinado que não haveria aparte nesta sessão. O Secretário disse que no momento que o frigorífico foi implantado neste local, não utilizou alvará de construção, ele fez o pedido, foi pra Secretaria de

Infraestrutura, mas não foi concedido porque ele questionou o pagamento da taxa, e ele construiu sem ter em posse o alvará de construção. Precisa ser revista a questão do alvará de construção para que esteja dentro da legalidade. No entanto, o frigorífico é benéfico para a cidade, é gerador de emprego e renda. É uma situação que pode ser resolvida. Existe interesse de ambas as partes disto se resolver. O município precisa dos dois e esta questão está caminhando para uma solução. A legalidade do Mont Serrat é clara, o frigorífico fez o processo ambientalmente, mas ninguém sabia que não estava com o alvará de construção na mão. O vereador José Gonzaga perguntou sobre a utilização de parte de verba federal para iluminação da cidade de Teixeira na conclusão da Avenida das Nações que já tinha verba específica. O Secretário disse que o recurso do Governo Federal aplicado no bairro Monte Castelo é exclusivamente pavimentação asfáltica, drenagem, rede de manilhas e canal de concreto armado. O recurso do Governo Federal para iluminação pública nos acessos da cidade, incrivelmente, depende de força de vontade da gestão estadual. Alguma coisa faltou, porque Teixeira é a única cidade do Extremo sul que não foi contemplada. Pode olhar na entrada do Prado, na entrada de Itamaraju, em locais que não tem nenhuma casa, o processo de iluminação foi feito. Se Teixeira não tomar iniciativa, e esperar o Governo do Estado, o Governo Federal, pra que as coisas aconteçam, vai ficar faltando muita coisa no município. Tem obras do Governo Estadual, tem obras do Governo Federal, não afirmou que estas instâncias não sejam parceiras, mas falta agilidade no processo de beneficiar Teixeira como uma pequena capital da região do Extremo Sul. O município tem tentado fazer com o mínimo que tem o máximo. São obras que realmente engrandecem a cidade. Em parceria com a COELBA, que está enviando orçamento pra o município, e em contato com o atual Secretário Estadual de Infraestrutura, o município vai pleitear a iluminação da BR 101, vai pleitear o acesso de quem vem de Alcobaça, o acesso de quem vem de Medeiros Neto, que são os principais pontos de movimentação de veículos e pessoas na cidade, diminuindo assim, acidentes e marginalidade. O vereador José Gonzaga encerrou seus questionamentos agradecendo ao Secretário. O vereador Genivaldo Bispo de Oliveira saudou a todos. Disse que mais uma vez a Casa mostra um papel fundamental, exercendo sua função fiscalizadora e de legislação. Falou da importância do projeto PAC que contemplou Teixeira com 75 milhões de reais e perguntou ao Secretário qual o planejamento futuro deste projeto, considerando o rápido crescimento da cidade. O Secretário disse que os 75 milhões está vindo tardiamente, é uma obrigação da EMBASA para com o município desde 1997, quando foi feito o novo contrato de concessão de um serviço público municipal, que é água e esgoto, ao poder da EMBASA, e ela passaria a assumir a responsabilidade pela distribuição de água e pelo tratamento de esgoto em nosso município. Foi feita na URBIS uma pequena estação de tratamento que não funciona como deveria e que só agora está sendo contemplada. Nesse projeto de 75 milhões, alguns bairros não estão sendo contemplados, porque não existiam na época.

Então é um projeto antigo, criado em cima de estrutura antiga. Disse que percorrendo a cidade com o engenheiro da empresa que vai fazer o serviço, juntamente com o fiscal da EMBASA que vai acompanhar o serviço, percebeu que os locais que são destinados para as estações de bombeamento e estações elevatórias são casas hoje. Tem um bom tempo que este projeto foi feito e era pra ter sido implantado há muito tempo. Mas está chegando e vai suprir praticamente 80% da cidade. E logo serão 100%, como Porto Seguro, que é hoje uma das cidades mais saneadas. Quanto a questão dos novos empreendimentos no município, o Secretário disse que esta é uma preocupação da gestão municipal, tanto na pavimentação, quanto na infraestrutura e iluminação. Se não se exigir dos novos empreendimentos completa infraestrutura, o município não vai ter condições de atender toda a cidade de Teixeira de Freitas, considerando que esta tem 450 km de ruas atualmente. Se as novas áreas que estão surgindo como empreendimentos urbanísticos não contemplarem esta infraestrutura, o Poder Público não vai poder dar conta e não é de responsabilidade do Poder Público. No ano de 2010, Teixeira teve um agraciamento do Projeto Minha Casa Minha Vida que conseguiu adensar alguns bairros onde praticamente só tinham ruas, com uma casa em cada quadra, como exemplo o Estância Biquine, que hoje está muito adensado. Se o Poder Público tivesse que investir no Estância Biquine em 2007, 2008, não faria nada. Não porque um morador não é importante para o município, é porque tem prioridades. Entre um morador de uma rua e 20, 30, de uma rua adensada, com certeza o investimento vai ser feito neste local de maior adensamento para o Poder agraciar o maior número de pessoas no município. Com o adensamento, ocorre uma arrecadação maior para o município, através do imposto sobre construção e torna-se mais justa a parte do investimento do setor público, numa questão que foi erro do passado, em que se liberaram áreas sem infraestrutura. Então os recursos de Teixeira de Freitas seriam recursos de um mandato, algo em torno de 450 milhões de reais pra resolver os problemas da cidade. E com o déficit de recursos que o município tem, esses problemas não seriam solucionados. Dessa forma, tem-se cobrado, há exemplos de que as coisas estão acontecendo, e não é com o estalar dos dedos que as coisas acontecem. A cobrança existe, tem a diferença de empresários que fazem esses investimentos, uns são mais ágeis que os outros, mas todos são cobrados a todo o momento. Então tem ocorrido fiscalização, cobrança da sociedade, da imprensa, do Poder Legislativo, e espera-se assim, diminuir esses problemas futuros do município. O vereador Genivaldo disse que a sua maior preocupação é com o fato de ocorrer muitas construções em Teixeira de Freitas, principalmente com o Projeto Minha Casa Minha Vida, e não se vê um planejamento da questão de fiscalização. Citou que, na fala do secretário, este disse que havia vinte funcionários na fiscalização de obras, e hoje apenas doze. Daí perguntou ao secretário se está havendo fiscalização dessas construções conforme a responsabilidade de sua secretaria. O vereador disse ainda, que acredita que daqui a algum tempo

haverá problemas na questão de escola, lazer, e principalmente posto de saúde, levando-se em conta que essas construções são afastadas do Centro da cidade. Então perguntou ao Secretário que esclarecimentos poderia dar sobre esta questão. O Secretário disse que o adensamento de Teixeira de Freitas tinha muita coisa pré-aprovada e aprovada anteriormente. O que tem acontecido pelo Minha Casa Minha Vida é o adensamento das áreas urbanas, pois se pode olhar num mapa de satélite na internet, que em Teixeira de Freitas existiam grandes áreas vazias e ainda existem muitas a serem preenchidas e ocupadas no município. O município tem áreas centrais com toda infraestrutura, asfalto, rede de esgoto, água, energia elétrica passando na porta e não tem nenhuma casa nesse latifúndio. Pode-se observar ao longo da Getúlio Vargas e da Avenida São Paulo, várias áreas que poderiam ser ocupadas e não foram porque se valorizaram muito e as pessoas que tem condições de construir, não têm condição de adquirir esses imóveis. Então o que o Minha Casa Minha vida tem feito contribui muito pra que com esse adensamento se torne mais barato o município investir, viabilizando a construção de escola, de posto de saúde. Por exemplo, o bairro Estância Biquine pleiteia uma escola, a escola do Ouro Verde mais próxima é na Secretaria, e tinham poucos alunos, hoje se viabiliza colocar uma escola, viabiliza colocar o posto de saúde mais próximo de um bairro adensado. O que é realmente necessário é controlar esse crescimento para que não fique bairros isolados e sem infraestrutura tanto da parte urbanística como da parte social. O vereador Genivaldo encerrou seus questionamentos e agradeceu o Secretário pelas respostas. O vereador Elionídio Ferreira Salomão saudou a todos. Citou a dotação orçamentária de 266.400 mil reais constante no Orçamento de 2011, para infraestrutura de rede de esgoto nas áreas críticas e lembrou que no início de seu mandato esteve com o Secretário Flávio observando a área da famosa baixada do Tancredo, onde havia lares em meio a água de esgoto, as Ruas Campo Grande e Macaúba, onde o esgoto corre a céu aberto, e também as Ruas Piraji, Guapé e Araxá no bairro Luis Eduardo. Perguntou ao Secretário se essas ruas que citou não são áreas críticas em que deve ser feito um trabalho em benefício de seus moradores com este orçamento previsto na sua secretaria. O vereador disse ainda que existe um orçamento de 510 mil reais para construção, ampliação e manutenção dos cemitérios, e pode-se constatar, inclusive por meio de fotos, que existe muita sujeira, túmulos abertos, com restos mortais expostos, vias de acesso interditadas por acúmulo de terra, e muito mato. Lembrou que seu gabinete e também o gabinete do vereador Gonzaga já fizeram pedido de providência para equipamentos de proteção individual para funcionários do cemitério e até o momento tal providência não foi tomada. O vereador quis saber também de quem foi a falha na questão da construção do estádio de esporte e por que esta obra parou. Sobre a parte de esgotamento sanitário, o Secretário disse que o município realmente tem um recurso destinado a estas áreas críticas e estes pontos de estrangulamento de esgotamento sanitário. No entanto, como dito antes, o município tem 450 km

de problema em termos de esgoto. Às vezes se contempla um pedido, uma indicação e deixa muitos sem contemplar tentando atender um pouco em cada local. Esses pontos mais baixos, por mais que estejam contaminados por esgoto, são considerados córregos e se o município faz o lançamento de esgoto em córrego, ele está fazendo crime ambiental. Por mais que se penalize o morador, as vezes o que se faz é a ligação de uma rede na outra. Mesmo que esteja conduzindo ao córrego, se fecha os olhos para contribuir com a melhoria de vida daquela região. Mas, o município não faz diretamente o lançamento no córrego, e se a população faz por iniciativa própria, não é por conselho da administração. Contudo, o município está aguardando a solução desse problema com a EMBASA, para que nos devolva estas áreas de lazer, que são as beiras de rios e córregos do município. Na questão de investimento, o Secretário falou que existe um processo burocrático para aquisição de material. Quando se faz a aquisição de material, procura-se fazer para o ano todo, porque o processo é lento, existe processo de publicação, uma fila, porque as vezes as demais secretarias fazem compras também e é necessário obedecer alguns critérios. A secretaria pretende elencar esses pontos e fazer aquisição única de material para evitar a burocracia cada vez. A secretaria faz uma previsão de demanda para aquisição de material, mas as vezes o material acaba antes do tempo ou demora de chegar por algum entrave burocrático ou as vezes o fornecedor não tem aquele produto que prometeu na licitação. Então ele tem que fazer a aquisição para poder repassar para o município e as vezes leva tempo, 30 dias, 40 dias, fora o processo de compra. Reconheceu que é uma calamidade pública esta questão do esgotamento sanitário. Assim, é graças a Deus que a EMBASA está chegando, ainda que traga alguns transtornos, pois apenas as ruas das URBIS não vão ser mexidas, mas vai nos favorecer na questão das áreas de lazer. Quanto ao cemitério, o Secretário disse que existe uma dotação de 510 mil reais, mas que aproximadamente 300 mil reais são para aquisição de uma nova área e o valor restante é para manutenção do cemitério. A manutenção é feita por funcionários do município, e às vezes ocorre uma grande quantidade de sepultamentos e não dá tempo para a manutenção. É necessário aumentar o efetivo, que só pode ocorrer por concurso público. O concurso público já foi realizado e está na eminência de ocorrer esse aumento do efetivo no cemitério para as coisas serem colocadas em dias. Em 2008 foi feito investimento de manutenção do muro, que foi realizado pela administração do Padre Aparecido, que sabe da importância de zelo com um local de tamanho valor sentimental. Quanto aos EPIS, tem um funcionário gestor do cemitério e há outro funcionário que faz a interligação, e a todo o momento que é cobrado é fornecido. Às vezes chega um momento em que demora de se cobrar, e como o poder de compra é demorado, às vezes fica sem a reposição destes materiais. O Secretário relatou que neste mesmo dia o próprio prefeito ligou observando que havia coveiros sem botas, e que a secretaria devia providenciar. São várias pessoas que trabalham na administração, não é somente o prefeito que encabeça tudo, e todos têm que

estar prevendo antecipadamente. A obra do Estádio Municipal é uma das obras mais importantes para o esporte em Teixeira de Freitas e também de maior vulto político, com localização privilegiada, assim como o Fonte Nova de Salvador. Existiu um pequeno erro no modo construtivo das arquibancadas, não existiu desvio de verbas, nem utilização do recurso de forma incorreta ou de forma abusiva, nem desvio do recurso para outra coisa. O que ocorreu foi que a forma de se levantar as alvenarias do Estádio causou indagação quanto a segurança das arquibancadas. Por isso foi necessário um especialista, professor de faculdade, que acabou de fazer o cálculo da nova Fonte Nova de Salvador que fez a orientação de como teria que ser feito o reforço. Foi encaminhado para SUDESBE e o seu quadro técnico aprovou. A empresa, por não ter executado a obra da forma como deveria, gastou o mesmo material, mas a forma de construir foi diferente, arcou com os custos de fazer a manutenção. Mas para garantir isto, a SUDESBE tem que fazer uma vistoria liberando a conclusão das obras. Amanhã estarão chegando de Salvador dois técnicos para bater o martelo e encerrar essa questão do Estádio Municipal de Teixeira de Freitas. Após 90 dias da liberação da SUDESBE, esta obra estará concluída. O vereador Elionídio disse que a questão das ruas que citou é urgente, que a solução demora muito e as pessoas sofrem por conta disto. O vereador disse que a manutenção dos cemitérios não está legal, que há túmulos com urubus e muito mosquito. Ademais, disse ao Secretário que estava fazendo estas observações, porque quando a Secretaria de Infraestrutura não vai bem, quem paga o preço é o Executivo e também a Casa Legislativa, pois os vereadores acabam sendo o pára-choque da administração de Teixeira de Freitas, principalmente ele mesmo, pois suas reivindicações não têm sido atendidas. Ele agradeceu e disse que espera que tenha melhoras. O vereador José Henrique Gonsalves da Cruz saudou a todos. Iniciou sua fala registrando a mudança de conduta, que na inquirição na primeira audiência com o Secretário de Saúde questionou o modo como foi feita a sua inquirição, porque antes, a Casa fazia este mesmo processo que foi feito hoje, e foi convencido pelo jurídico de que existia um ritual legal de que tinha que ser daquele outro jeito, e, no entanto hoje, voltou a forma anterior, em que o Secretário se posicionou, exibiu um trabalho para depois os vereadores lhe fazerem as inquirições, portanto mudou o modo operante. Em seguida, o vereador fez três perguntas ao Secretário: qual a sua participação na elaboração do orçamento da Infraestrutura que está sendo executado este ano? Por que o Conselho do Plano Diretor Urbano não se reúne? E se os loteamentos abertos estão seguindo os trâmites legais exigidos. Sobre a participação no orçamento, o Secretário disse que em 2007 estava a frente da Secretaria de Meio Ambiente e foi convocado pela Secretaria de Finanças a apresentar um orçamento, que foi apresentado detalhado, algo foi cumprido, algo não foi cumprido em termos de composição do orçamento. Na Secretaria de Infraestrutura ocorreu a mesma coisa. Participou da composição do orçamento da Secretaria de Infraestrutura, mas não foi contemplado em todo o

contexto da sua elaboração, em virtude de existir uma administração que tem o conhecimento das demais secretarias pra fazer uma composição única do orçamento do município. Na questão Conselho do Plano Diretor Urbano, informou que este é formado pelo poder público executivo, poder público legislativo e principalmente pela sua maioria sociedade civil organizada. Ele deixou de atuar no momento que alguns representantes exigiram a pontualidade do início das reuniões, que se não chegasse às sete e vinte da manhã não teria essa reunião. Passaram-se praticamente três meses seguidos sem reunião, desestimulou os poucos que participavam do Conselho. O Secretário disse que já fez ofícios e encaminhou para as entidades para indicar pessoas responsáveis para serem novos conselheiros. As pessoas devem fazer parte da entidade e não apenas serem indicadas. Quanto aos loteamentos, o Secretário disse que existe uma confusão entre o passado e o presente, a exemplo, alguns locais da cidade já tinham sido aprovados e estão sendo adensados agora. Por exemplo, o loteamento Beira Rio já era completamente registrado na prefeitura, tinha débitos de IPTU antigos que nunca se pagou, foi negociado o débito e então as casas foram construídas. Não foi aprovado nesta gestão, mas estava lá constando como loteamento Beira Rio. A iluminação que lá existe foi um investimento das pessoas que lançaram o loteamento com o adensamento Minha Casa Minha Vida. Fizeram a parte de pavimentação inicial. Está sendo cobrado que continue com a parte de infraestrutura. E os loteamentos da atualidade têm sido acompanhados de perto pelo gestor Padre Aparecido diretamente. Ele tem cobrado junto com o Secretário de Infraestrutura para que as coisas aconteçam da forma mais correta, na forma da lei, e de forma que possa sair da administração com o sentimento de dever cumprido. O vereador Henrique disse que os orçamentos de algumas secretarias parecem o “samba do maluco doido”. Observou que na apresentação do telão o Secretário apresentou 264 mil reais para esgotamento sanitário, num município como Teixeira, onde tudo é urgente. Disse que analisando o orçamento entende-se a demora nos reparos das ruas e outras obras de infraestrutura. São R\$ 66.184.000,00 para a Saúde, está no gráfico 39,51% do orçamento. Educação 25%, somado a 39%, vai para 65% e a Infraestrutura com 10,48%. Ou seja, quatro vezes mais na Saúde, e apenas 10,48% pra Infraestrutura numa cidade como Teixeira em que tudo é prioridade zero, sobretudo na questão urbanística. Se analisarmos que a lei diz que tem que se aplicar 15% na Saúde, e está se aplicando 39% por conta da Alta Complexidade, isto tem que ser repensado. A gestão municipal tem que compreender que necessita procurar com veemência o Estado e o Governo Federal para contribuir em todos os programas. Disse que na Infraestrutura tem verba sendo devolvida. Na questão do Conselho Plano Diretor Urbano, dos 100%, 40 são membros do município. Foi aparteado pelo vereador Júlio Cesar que lembrou ao Presidente que era necessário pedir o tempo de prorrogação da sessão. Neste momento, o Senhor Presidente pediu autorização do Plenário para prorrogar o tempo da sessão, e após afirmativa positiva dos vereadores,

devolveu a palavra ao vereador Henrique. Continuando, o vereador Henrique disse que se não houver presença de metade dos membros, que são das secretarias do município, não haverá quórum de forma alguma. Em relação aos loteamentos, o vereador Henrique disse que se o Conselho Plano Diretor Urbano não está se reunindo, os loteamentos não poderiam ser aprovados, pois depende do parecer do Conselho. O vereador Henrique observou também que consta rubrica pra estradas vicinais no orçamento da Infraestrutura, que está coerente, mas as máquinas estão na posse da Secretaria de Serviços Extraordinários. Isto é uma distorção. Observou também que consta Urbanismo de praças e jardins no Meio Ambiente, e isso precisa de projeto arquitetônico para as intervenções. Este é um cuidado que não é para Secretaria do Meio Ambiente. Disse também que o loteamento Nanuque não poderia estar na condição que está. Não tem parecer sobre impacto ambiental, não houve liberação, pelo menos até 10 ou 15 dias atrás, da Secretaria de Meio Ambiente. O Secretário do Meio Ambiente deixou claro em reunião que não iria apor sua assinatura na licença ambiental para este loteamento. Na questão do trânsito disse que com muita pertinência, e por ser do Conselho, iniciou um processo na Casa Legislativa, e vê-se letargia, imobilismo, e quem está pagando é o cidadão. O vereador disse que está cansado de cobrar isso no Conselho e esse problema não se resolve. Disse que o recurso apresentado para a gestão do tráfico municipal na primeira proposta do orçamento foi de 80 mil reais. Foi a Câmara que emendou para 900 mil reais e ainda é pouco. Disse que houve uma incoerência no concurso, quando existem 15 vagas para controlador do trânsito e 15 para agente de trânsito, e colocaram apenas uma vaga para cada um. Disse que falou ao Secretário de Administração que isto era um contrassenso, pois se o trânsito de Teixeira estava sendo municipalizado e sabia-se de antemão que para o porte de Teixeira, que é mais ou menos parecido com o Teófilo Otoni, seriam necessários pelo menos 40 servidores entre agentes e controladores, com viaturas moto e carro para fazer um trabalho numa cidade como Teixeira. Se na lei tem 30 vagas, por que não se colocou as 30? Porque se passar as trinta tem que chamar. Mas se colocando uma, passam 10 ou 15 que ficam no cadastro de reserva, a bel prazer do município. Não é desta maneira que se faz uma gestão eficiente. Atualmente, um acidente de trânsito fica em torno de 16 mil reais em média por pessoa no atendimento do Hospital Municipal. Disse que há poucos dias teve contato com duas senhoras que vinham de Vitória e lhe observaram que o trânsito de Teixeira parecia o trânsito da Índia. Disse que há propostas do Conselho para intervenção no trânsito, que são simples, e foram recomendadas a mais de dois anos atrás. E por isso diz que tem letargia, imobilismo, ineficiência, ineficácia na gestão, neste aspecto. No entanto parabenizou os funcionários da Infraestrutura, que têm se desdobrado, com muito amor ao trabalho. Se olharmos o quadro dos servidores da Saúde, o quadro de servidores da Educação, a Infraestrutura com tanta carência, está com quadro reduzido, com cerca de 160 funcionários. Voltou a questão do

trânsito dizendo que estamos na metade do ano, e nada se fez do ponto de vista de intervenção simples, como fechamento de ruas, estacionamento. Então falta tomar atitudes precisas e pontuais. Finalizou agradecendo a presença do Secretário e a sua disponibilidade. Após, o senhor Presidente passou a palavra a Vereadora Marta Helena Leal que em seu pronunciamento saudou a todos os presentes e disse que já se sentia contemplada pelas perguntas feitas pelos outros vereadores e pelas respostas que o Secretário havia dado que deixou bem clara algumas dúvidas em questão, e fez um comentário apoiando a fala do Vereador Elionido Ferreira Salomão de que o vereador era o pára-choque de tudo, e às vezes marginalizado por parte da sociedade, que esta era tida como a pior Câmara que não fazia nada por Teixeira de Freitas, mas que infelizmente a sociedade não vinha até a Câmara para participar, para presenciar para fiscalizar, até mesmo cobrar qual o papel verdadeiro do Vereador, pois seu papel não era de executar obras e sim de fiscalizar de pedir e de cobrar do Executivo juntamente com as secretarias a execução de dos Pedidos de Providências e Indicações aprovados por estes vereadores. Citou também que o vereador não pode executar obras, mas, o vereador trabalha em parceria com o município, com a sociedade indicando obras para o município e Fez um apelo ao Senhor Secretário que fosse mais parceiro desta Câmara dando atenção merecida às proposições desta Casa. Após, o senhor Presidente, passou a palavra ao Vereador Cloves Martins Quaresma Neto que em seu pronunciamento saudou a todos e perguntou ao Senhor Secretário se o secretário está tendo prerrogativa neste orçamento de 2011, destinado a Secretária em questão? Se algum desses loteamentos que estão em andamento em Teixeira de Freitas se existe alguma irregularidade na liberação de cada um deles? O Senhor Secretário Disse em resposta a Vereadora Marta Helena que a sua secretaria procurava atender com prioridade aos Pedidos de Providências enviados desta Casa à sua Secretaria, mas, às vezes nem sempre era possível, pois, por exemplo, uma máquina quebrada impossibilitava o atendimento de tal pedido. Em resposta ao Vereador Cloves ele disse que a Secretaria participava sim na elaboração do orçamento, em relação ao loteamento era feita sim um planta baixa, que era passada por um processo de aprovação para liberação prévia. O Vereador Cloves perguntou então se havia possibilidade de se tomar um posicionamento por parte do município através desta ou de outra secretaria para embargar, parar e não permitir que seja negociada para que se faça cumprir as leis do Município? E se o Senhor Secretário sabia que viria a nossa cidade uma equipe da SUDESB para fiscalização das obras do Estádio Municipal e se essa informação tinha veracidade? O Senhor Secretário em resposta disse que essa informação era verdadeira, que virão dois técnicos da SUDESB para reunião definitiva com o Senhor Prefeito, para conclusão da obra. Quanto a comercialização dos lotes o município tem conhecimento mas não autoriza compra e venda e a garantia do imóvel só depois de cadastrada. O Vereador Cloves Martins Quaresma Neto agradeceu o empenho do Secretário. O

Vereador Julio César de Oliveira Cavalcante, parabenizou a vereadora Marta Helena pela presidência do PP de Teixeira de Freitas. E perguntou ao Secretário o que nós podemos fazer para que a nossa cidade continuasse crescendo com qualidade, não deixando problemas para o futuro de maneira legal? O Senhor Secretário disse que todas as pessoas são idôneas até que se prove o contrário, então as pessoas que estão trabalhando com esses empreendimentos estão sendo acompanhadas e fiscalizadas pelo município, que no passado tivemos marginais que banalizaram o processo de ocupação do município, que fizeram de Teixeira um mangue, deixaram invadir terras, doaram terra em campanha, e que atualmente isso não acontece, pois a Secretaria tem acompanhado de perto, que os contratos que existem entre o proprietário do imóvel e o pretendente comprador, o município tem como dá garantias de infra-estrutura parte do imóvel, o poder municipal pode desapropriar o imóvel para dar garantia a infra-estrutura, equivalente em parcelas para que se realize a infra-estrutura, se por exemplo a área de for de 100% o município pode requerer metade como garantia da infra-estrutura caso o empreendedor abandone, que as coisas acontecem com o rigor da lei, o que é evidente é que as coisas não acontecem como de um dia para outro, que se fazer um empreendimento leva tempo e a secretaria de infra-estrutura não exime em momento algum a sua responsabilidade, que a secretaria possui todo um amparo técnico e se coloca a qualquer momento para esclarecer o que for preciso junto a Câmara de Vereadores. O Vereador Julio César disse que temos empresário importantes e pioneiros em nosso Município e que não irão jogar fora toda uma tradição e que para isso fora assinado um TAC para garantir ao empreendedor e ao Município certa segurança. O Vereador Edinaldo Rezende dos Santos saudou a todos e perguntou ao Senhor Secretário quantos loteamentos e condomínios foram implantados nessa Gestão em nosso Município e quais foram eles? E qual Engenheiro que atualmente responde sobre o loteamento Ramalho? Em relação às fossas sépticas, se para o tamanho dos loteamentos preestabelecidos em nosso Município, essas referidas fossas corriam o risco de prejuízo futuro? E se esses condomínios vão assegurar um planejamento urbano conforme rege a Lei 310, que possibilite a todos o acesso a Saúde, Cultura, saneamento básico e outros? O Senhor Secretário respondeu que iria fazer um levantamento sim e enviaria a esta Casa sobre todos os loteamentos e condomínios implantados nessa gestão. Quanto ao loteamento Ramalho foi empreendimento promovido com o Governo Federal e apoio do Governo Municipal em termos de cadastramento de pessoas habilitas a serem contempladas com habitação popular de baixa, e os responsáveis Técnicos eram: o Senhor Fábio Vieira, Senhor Sergio, que inclusive fora demitido recentemente e o Senhor Mauricio que administravam. Que o referido loteamento estava concluído e em fase de pavimentação. Que os projetos de Minha Casa, Minha Vida um e dois ainda terão mais 1.800, casas para serem construídas. E em relação às fossas Sépticas elas podiam sim ser utilizadas como instrumento porem de maneira

correta para não contaminarem o lençol freático. E Quanto ao condomínio para o município era lucrativo sim, pois o não iria gastar com iluminação pública, taxa de limpeza, nem coleta internas nas ruas do condomínio e que todo aquele custo que o município teria que gastar com áreas abertas se extinguiu e que tudo era por parte dos condôminos e toda arrecadação existia. Isso de forma racional e não só por especulação. Neste instante, o Senhor Presidente passou a Presidência da Mesa para o Vereador Edinaldo Rezende dos Santos para que ele pudesse usar da tribuna. Portanto, o Senhor Presidente interino passou a palavra ao Vereador Luis Henrique para que fizesse seus questionamentos e na oportunidade perguntou ao Secretário em relação a Lei 311/2003, que em seu artigo 6º diz que parcelamento do solo e urbanização dependerão da anuência previa da Prefeitura Municipal através de Parecer do Conselho do Plano Diretor Urbano, respeitando o disposto nesta Lei e na Legislação complementar pertinente, então como poderia ser liberado loteamento e condomínios sem anuência do Conselho? O Artigo 19 diz que para regiões ou zonas urbanas onde a coleta de esgoto sanitário não estiver implantada pela EMBASA, os loteamentos deverão dispor de sistema de esgotamento sanitário de acordo com as seguintes características por densidade populacional onde a densidade populacional é o número de habitantes por hectares: até 150 hab./ha; entre 150 e 250 hab./ha; acima de 250 hab./ha. § 1º Até 150 hab./ha. o sistema de esgotamento sanitário deverá ser de fossas secas / fossas e sumidouros. § 2º Entre 150 e 250 hab./há. o sistema de esgotamento sanitário deverá ser de fossas absorventes; § 3º Acima de 250 hab./há. o sistema de esgotamento sanitário deverá ser a rede pública e tratamento de efluentes ou seja o que está acontecendo com aquele loteamento, ora, citado não condiz com o que Lei Municipal nº311/2003 estabelece Senhor Secretário? E para se abrir loteamento é preciso estudo do impacto ambiental e análise da procuradoria geral do Município em relação aos loteamentos Mont Serrat e Nanuque então não estão seguindo os padrões pré-estabelecidos pela lei Senhor Secretário? Neste instante, o Senhor Presidente interino devolveu a presidência ao Vereador Luis Henrique. Que após, citou o falecimento do Padre José um cidadão honrado, pessoa ilibada e solicitou a todos que fizessem um minuto de silêncio em memória ao seu falecimento. E finalizando passou a palavra ao Senhor Secretário para finalizar, então o Senhor Secretário agradeceu a Câmara, a sociedade em geral e se colocou a disposição desta Câmara para qualquer outra eventualidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a Sessão. E para constar, eu, José Gonzaga da Silva, primeiro Secretário, lavrei a presente ata que, após discutida e aprovada, será assinada por mim, pelo Presidente e os demais vereadores presentes que com ela estiverem de acordo. Plenário Francistônio Alves Pinto, 07 de Junho de 2011.